

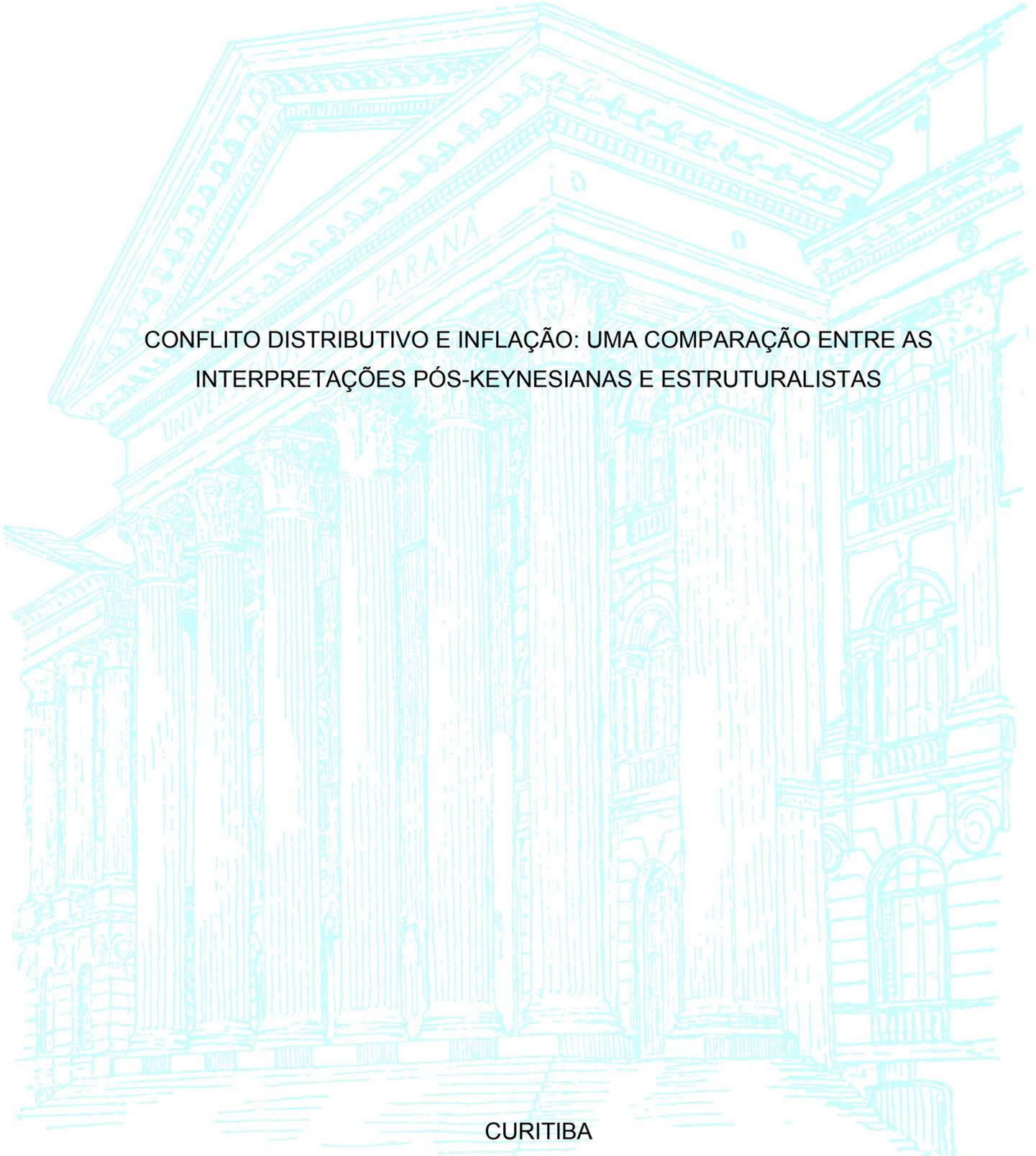
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUSTAVO ASAPH DILAY DE PAULA

CONFLITO DISTRIBUTIVO E INFLAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS  
INTERPRETAÇÕES PÓS-KEYNESIANAS E ESTRUTURALISTAS

CURITIBA

2024



GUSTAVO ASAPH DILAY DE PAULA

CONFLITO DISTRIBUTIVO E INFLAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS  
INTERPRETAÇÕES PÓS-KEYNESIANAS E ESTRUTURALISTAS

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de ciências sociais aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Carcanholo Iasco Pereira

CURITIBA

2024

## TERMO DE APROVAÇÃO

GUSTAVO ASAPH DILAY DE PAULA

### CONFLITO DISTRIBUTIVO E INFLAÇÃO: UMA COMPARAÇÃO ENTRE AS INTERPRETAÇÕES PÓS-KEYNESIANAS E ESTRUTURALISTAS

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

---

Prof. Dr. Hugo Carcanholo Iasco Pereira

Orientador – Departamento Departamento de Economia, UFPR

---

Prof. Dr. José Felipe Araújo de Almeida

Departamento de Economia, UFPR

---

Prof. Dr. Eduardo Angeli

Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 02 de dezembro de 2024.

À Mary e Marcus, por tudo e para sempre.

## RESUMO

Este trabalho monográfico visa realizar uma análise comparativa entre as abordagens das teorias pós-keynesiana e estruturalista acerca do conflito distributivo e seus efeitos sobre a taxa de inflação. Por conseguinte, são expostas as teorias de Michal Kalecki e Marc Lavoie, para a teoria pós-keynesiana, e de Juan Noyola, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado e Aníbal Pinto, para a teoria estruturalista, discorrendo-se sobre suas abordagens e concepções acerca do conflito distributivo e suas consequências econômicas. Enquanto Kalecki e Lavoie focam suas análises em um método matemático, os autores estruturalistas empregam um método histórico com ênfase no contexto latino-americano. Contudo, apesar de desenvolverem abordagens distintas, ambas as vertentes destacam a importância do conflito distributivo e sua influência em termos reais na economia. Constata-se que tanto a teoria pós-keynesiana quanto a teoria estruturalista discorrem sobre a relevância do conflito distributivo na distribuição de renda da economia, no nível geral de preços e na estabilidade econômica. Dessa maneira, aspectos reais da economia são afetados pelo conflito entre diferentes agentes que buscam manter ou aumentar a sua participação na renda da economia. Conclui-se que, embora as abordagens diverjam em método e desenvolvimento, apresentando diferentes interpretações sobre o tema, ambas as vertentes apresentam conexões e contribuem para o arcabouço teórico do conflito distributivo e para o estudo de fenômenos inflacionários.

Palavras-chave: Inflação. Conflito Distributivo. Estruturalismo. Teoria Pós-keynesiana.

## ABSTRACT

This work aims to conduct a comparative analysis of post-keynesian and structuralist approaches regarding distributive conflict and its effects on the inflation rate. For that, the theories of Michal Kalecki and Marc Lavoie were discussed as representative approaches for the post-keynesian perspective, and those of Juan Noyola, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado and Aníbal Pinto were discussed for the structuralist perspective, exploring their approaches and conceptions of distributive conflict and its economic consequences. As Kalecki and Lavoie focus their analysis on a mathematical method, the structuralist authors employ a historical method and focus on the Latin American context. Nonetheless, despite their different analyses, both perspectives underscore the importance of distributive conflict and its real effects on the economy. Both the post-keynesian and structuralist theories emphasize the importance of distributive conflict concerning income distribution, the general price level and economic stability. Thus, real aspects of the economy are influenced by the conflict among different agents who seek to maintain or increase their share of income within the economy. It is concluded that, although the approaches differ in method and development, presenting different interpretations of the subject, both perspectives have connections and contribute to the theoretical framework of distributive conflict and the study of inflationary phenomena.

Keywords: Inflation. Distributive Conflict. Structuralism. Pos-keynesian theory.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CASO GERAL DE INFLAÇÃO POR CONFLITO DISTRIBUTIVO.....	19
FIGURA 2 – CURVA DE PHILLIPS PÓS-KEYNESIANA.....	20

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – SÍNTESE COMPARATIVA DAS ABORDAGENS SOBRE INFLAÇÃO POR CONFLITO DISTRIBUTIVO.....	42
--	----

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 INFLAÇÃO E O CONFLITO DISTRIBUTIVO NA ABORDAGEM PÓS- KEYNESIANA .....</b>	<b>12</b>
2.1 CUSTOS E PREÇOS NA VISÃO KALECKIANA .....	12
2.2 O MODELO DE MARC LAVOIE.....	14
2.3 SÍNTESE DAS ABORDAGENS PÓS-KEYNESIANAS.....	22
<b>3 INFLAÇÃO E O CONFLITO DISTRIBUTIVO NA ABORDAGEM ESTRUTURALISTA.....</b>	<b>24</b>
3.1 JUAN NOYOLA E OSVALDO SUNKEL: ESTRUTURA PRODUTIVA, CONFLITO DISTRIBUTIVO E INFLAÇÃO.....	24
3.2 CELSO FURTADO: CONFLITO DISTRIBUTIVO E INFLAÇÃO NEUTRA .....	29
3.3 ANÍBAL PINTO: RAÍZES ESTRUTURAIS DA INFLAÇÃO.....	32
3.4 SÍNTESE DAS ABORDAGENS ESTRUTURALISTAS.....	35
<b>4 UMA COMPARAÇÃO TEÓRICA ENTRE AS CONCEPÇÕES PÓS-KEYNESIANAS E ESTRUTURALISTAS .....</b>	<b>37</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A economia, enquanto ciência, está em constante evolução, se modificando a partir de novos estudos, debates e pesquisas com base em novos fatos econômicos. Os diferentes entendimentos teóricos e empíricos sobre a dinâmica inflacionária não fogem disso. Ou seja, existem diversas abordagens sobre a taxa de inflação e suas causas que evoluem de forma contínua como objeto de estudo à medida que também emergem de novos fatos históricos e abordagens analíticas.

Estudos sobre os fenômenos econômicos recentes derivados da pandemia de COVID-19 e da guerra na Ucrânia, como Weber, et al. (2022) e Matamoros (2023), argumentam sobre a importância do conflito distributivo e da inflação puxada por lucros no quadro inflacionário ocorrido e seus efeitos nas principais economias do mundo. Pesquisas como as de Rosenberg, et al. (1981) e Gerchunoff e Rapetti (2016) ainda expõem o conflito distributivo em cenários passados, sendo um fenômeno relevante também no século XX, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento. A literatura *mainstream*, contudo, compreende a inflação como um fenômeno puramente monetário e resultado de mudanças na demanda, não reconhecendo, desse modo, o conflito distributivo entre classes sociais e suas consequências econômicas. Por conseguinte, se mostra relevante estudar e analisar abordagens que discorrem e aprofundam o conflito entre diferentes agentes pela renda da economia e seus efeitos no nível geral de preços. A partir de outros arcabouços teóricos, como o pós-keynesiano e o estruturalista, é então possível, sob a ótica do conflito distributivo, examinar e compreender melhor os quadros inflacionários recentes.

Duas abordagens heterodoxas se destacam para compreender a relação entre conflito distributivo e inflação: pós-keynesiana e estruturalista. A perspectiva pós-keynesiana apresenta uma teoria que, em geral, utiliza o método matemático, procurando assim explicar os fenômenos econômicos de maneira geral. Dessa forma, a teoria pós-keynesiana se aplica a várias situações históricas, não focando em casos particulares. Algumas interpretações também argumentam que a teoria pós-keynesiana tenta abordar a economia de maneira realista, assim divergindo de vertentes instrumentalistas (LAVOIE, 2006). A teoria pós-keynesiana ainda discorre sobre a importância da ação estatal e foca em conceitos de crescimento e produção (LAVOIE, 2006). Por sua vez, a abordagem estruturalista aplica, comumente, um

método histórico e desenvolve estudos em especial sobre a América Latina. Essa visão destaca a relevância da estrutura econômica dos países e o papel das suas instituições para o seu desenvolvimento, analisando o contexto econômico e suas influências. As abordagens pós-keynesiana e estruturalista apresentam duas análises distintas sobre o tema, aprofundando o entendimento sobre o conflito distributivo a partir de diferentes visões e contribuindo para o estudo do conflito distributivo.

O objetivo deste trabalho monográfico é realizar uma análise comparativa entre ambas as teorias, destacando os pontos convergentes e os pontos divergentes entre ambas. Para este propósito, o trabalho está dividido em quatro seções. A primeira discorre sobre a abordagem pós-keynesiana de Michal Kalecki e Marc Lavoie, abordando suas perspectivas sobre o conflito distributivo. A segunda seção discute as teorias estruturalistas de Juan Noyola, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado e Aníbal Pinto. A terceira seção, por sua vez, analisa e compara as diferentes abordagens, destacando os elementos convergentes e divergentes entre as teorias. Por fim, as considerações finais são apresentadas na quarta e última seção deste trabalho.

## 2 INFLAÇÃO E O CONFLITO DISTRIBUTIVO NA ABORDAGEM PÓS-KEYNESIANA

As áreas das ciências econômicas são marcadas por uma grande diversidade de teorias e perspectivas, estas que estão em constante mudança. Com a Teoria Neoclássica possuindo maior destaque nos debates macroeconômicos, a visão pós-keynesiana oferta uma compreensão distinta sobre os fenômenos econômicos, desde suas hipóteses até suas conclusões.

Entre as diferentes teorias da abordagem ortodoxa existem relevantes distinções em relação à teoria pós-keynesiana como, por exemplo, a tese aceleracionista. Esta que compreende fenômenos relativos à inflação como resultados de um excesso de demanda decorrente de um aumento da taxa de crescimento da oferta de moeda. A Teoria Quantitativa da Moeda e a Curva de Phillips são outros exemplos de divergências entre as abordagens. A primeira teoria, admitida pelo Monetarismo, concebe a moeda como sendo neutra, ou seja, não afetando aspectos reais da economia. Já a Curva de Phillips é interpretada como vertical no longo prazo, havendo uma taxa de desemprego natural na qual a taxa de inflação não acelera. A teoria Neoclássica, em geral, compreende a inflação como um fenômeno relacionado a um excesso de demanda. Por outro lado, a teoria pós-keynesiana, representada pela teoria de Marc Lavoie, distingue a inflação como uma questão associada ao lado da oferta da economia, com a demanda atuando apenas como uma influência indireta (LAVOIE, 2014).

### 2.1 CUSTOS E PREÇOS NA VISÃO KALECKIANA

Michal Kalecki aborda a formação de preços argumentando a relevância do grau de monopolização do setor, o qual, entre outros fatores, depende da sua relação com sindicatos (KALECKI, 1977). Em setores que apresentam maiores graus de monopolização, as empresas se protegem de aumentos nos custos indiretos elevando os preços de seus produtos, procurando, assim, manter a sua margem de lucro e repassar suas perdas a outros agentes (KALECKI, 1977).

Variações nos preços no curto prazo podem ser explicadas por mudanças relativas ao custo na produção ou alterações na demanda, em que bens acabados geralmente são afetados pelo primeiro e matérias-primas, pelo segundo (KALECKI,

1977). Ambos os tipos de bens se diferenciam em sua produção, enquanto a oferta de bens acabados pode aumentar utilizando as reservas de capacidade produtiva, a oferta de matérias-primas é menos elástica e exige mais tempo para um acréscimo em sua produção (KALECKI, 1977). Por conseguinte, as matérias-primas são mais afetada por mudanças na demanda, também sendo mais sensíveis à demanda especulativa (KALECKI, 1977).

Supondo uma firma com capital fixo que produz um bem operando com capacidade ociosa e com custos diretos estáveis, em que o nível efetivo dos custos indiretos não influencia diretamente a determinação do preço (permanecendo relativamente estável) (KALECKI, 1977). O preço ( $p$ ) do bem produzido é, então, determinado por (KALECKI, 1977):

$$p = \mu + n\bar{p} \quad (1)$$

Em que  $m$  e  $n$  são os coeficientes positivos que captam a política de fixação de preços da firma,  $u$  representa o custo direto unitário e  $\bar{p}$  a média ponderada dos preços de todas as firmas do setor. Assim, o preço não pode ser muito superior à média dos preços de todas as firmas do setor, pois ocasionaria uma redução nas vendas, nem muito inferior em relação à média dos custos diretos, o que geraria uma grande redução na margem de lucro da firma (KALECKI, 1977). Sendo  $m/1-n$  o grau de monopólio da firma, ao considerar a ponderação das equações de produção de todas as firmas por suas respectivas produções, temos que (KALECKI, 1977):

$$\bar{p} = [\bar{m}/1-\bar{n}] \bar{u} \quad (2)$$

Sendo  $\bar{m}$  e  $\bar{n}$  a média ponderada dos coeficientes  $m$  e  $n$ , obtemos que o preço médio é proporcional ao custo direto unitário médio relacionado ao grau de monopolização. A monopolização em um setor depende da concentração da indústria, em que grandes firmas possuem uma grande influência no preço médio, podendo assim elevar os preços do setor, também havendo influência da publicidade (KALECKI, 1977). Outros fatores relevantes para o grau de monopolização de uma firma são a influência dos custos indiretos em relação aos custos diretos sobre o grau de monopolização, seu impacto nos lucros e o poder dos sindicatos (KALECKI, 1977). No caso de um aumento nos custos indiretos em

relação aos custos diretos, a firma poderá sofrer uma diminuição nos lucros, podendo se proteger ao elevar os preços em relação aos custos diretos unitários em conjunto com as outras firmas do setor (KALECKI, 1977). No longo prazo a relação entre preços e custos diretos unitários é afetada por mudanças na tecnologia, conforme sua influência no grau de monopólio (KALECKI, 1977).

A crescente intensidade de dispêndio de capital fixo por unidade de produção não gera necessariamente um aumento na razão entre preço e custo direto unitário (KALECKI, 1977). Os lucros mais os custos indiretos podem ter uma queda em relação ao valor do capital, e, assim, a razão entre preço e custo direto unitário pode permanecer constante, mesmo que o capital aumente em relação à produção (KALECKI, 1977).

Os preços das matérias-primas, por serem mais sensíveis a mudanças na atividade econômica, sofrem flutuações cíclicas maiores do que os níveis salariais (KALECKI, 1977). Desse modo, em um cenário de depressão, a queda salarial é menor do que a queda no preço dos produtos primários, pois os cortes salariais geram uma queda na demanda, causando uma nova contração nos preços das matérias-primas (KALECKI, 1977).

Os preços de produtos acabados se formam a partir da formação dos preços de cada etapa da sua produção, o que é expresso pela equação (2) (KALECKI, 1977). Os preços de cada etapa são proporcionais aos custos diretos unitários em relação ao grau de monopólio, ou seja, na primeira etapa da produção, o preço se forma a partir de salários e do custo de produtos primários e, nas etapas seguintes, o preço se forma a partir dos preços da etapa anterior e os salários da etapa atual (KALECKI, 1977). Considerando que salários flutuam menos do que o preço das matérias-primas, temos que o preço de produtos acabados tendem a sofrer menos variações do que os preços de produtos primários (KALECKI, 1977). Os preços de bens de consumo, que são mais influenciados por produtos primários, tendem a cair mais em uma depressão do que bens de capital (KALECKI, 1977).

## 2.2 O MODELO DE MARC LAVOIE

De acordo com o modelo teórico de Lavoie (2014) para explicar a taxa de inflação, a teoria pós-keynesiana se contrapõe à tese aceleracionista, aceita pelos economistas ortodoxos, de que o nível de oferta de moeda determina o nível de

preços. Neste modelo, os preços se estabelecem a partir do conflito distributivo entre trabalhadores e capitalistas/firmas acerca da distribuição da renda na economia (LAVOIE, 2014).

O nível de preços em uma economia fechada é determinado, no modelo, a partir da identidade microeconômica de salário-custo margem de lucro, sendo ela (LAVOIE, 2014):

$$p = K w / y \quad (3)$$

Em que  $p$  representa nível de preços,  $K$  é a taxa da margem de lucro sobre os custos unitários do trabalho,  $w$  o salário nominal dos trabalhadores e  $y$  a produtividade do trabalho (LAVOIE, 2014). A variável  $w / y$  representa a unidade de custo de trabalho e, por si só, não é capaz de explicar a inflação. Contudo, a partir dessa formação de preços tomada pelo modelo e considerando as taxas de crescimento dessas variáveis podemos chegar a aproximações da fonte de inflação, de modo que (LAVOIE, 2014):

$$\hat{p} = \hat{w} - \hat{y} + \hat{K} \quad (4)$$

A aceleração inflacionária poderia advir de um aumento na margem de lucro ( $\hat{K} > 0$ ), essa chamada de inflação por lucros (LAVOIE, 2014). De acordo com Keynes, no longo prazo, a taxa de inflação surge da diferença entre a taxa de crescimento de  $w$  e  $y$ , denominada por ele de semi-inflação, causada pelo aumento da taxa salarial em relação ao aumento da produção média do trabalho (LAVOIE, 2014).

Adicionando ao contexto uma economia aberta, ou seja, considerando na equação (4) a importação de bens na produção, influenciando assim a formação de preços, temos (LAVOIE, 2014):

$$p = (1 + \hat{K})(1 + j)(w / y) \quad (5)$$

De maneira que  $j$  é o parâmetro que capta a relação entre custos de material por unidade e os custos unitários de mão de obra (LAVOIE, 2014). Considerando as taxas de crescimento, obtemos (LAVOIE, 2014):

$$\hat{p} = \hat{w} - \hat{y}_v + \hat{k} + J \quad (6)$$

Sendo  $K = (1+\hat{k})$  e  $J = (1+j)$  (LAVOIE, 2014). A inflação então pode ser gerada pela semi-inflação, um aumento na margem de lucro ou um aumento dos custos fatores de produção importados em relação aos custos totais do trabalho. Este último pode se alterar devido a um aumento no preço das matérias-primas, a uma desvalorização da moeda nacional ou a uma mudança na quantidade de matéria-prima necessária para produção (LAVOIE, 2014).

Distinguindo-se da abordagem neoclássica, que possui um caráter instrumentalista, o viés heterodoxo baseia-se em valores normativos (LAVOIE, 2014). Por conseguinte, a abordagem pós-keynesiana, ao buscar expor uma economia mais realista, considera a noção de justiça e sua influência na economia, destacando a busca por salários justos e a resistência dos trabalhadores a uma redução relativa no salário real (LAVOIE, 2014).

A teoria pós-keynesiana compreende a existência de um conflito entre trabalhadores e capitalistas, em um cenário inflacionário, no qual há uma perda real nos lucros e salários (LAVOIE, 2014). As diferentes classes sociais procuram evitar uma diminuição na própria renda real, buscando assim aumentar a sua parcela de participação da renda na economia (LAVOIE, 2014). Dessa forma, trabalhadores procuram aumentar (ou manter) o nível de seus salários reais, enquanto as firmas buscam aumentar sua margem de lucro, gerando, assim, um conflito entre trabalhadores e capitalistas (LAVOIE, 2014). Outro aspecto relevante para essa abordagem é a difusão de informações, nas quais dados sobre salários e rendas gerais de outros setores influenciam na interpretação de sindicatos e trabalhadores sobre o seu próprio salário justo (LAVOIE, 2014).

Enquanto na teoria neoclássica fenômenos inflacionários são prioritariamente monetários, a teoria pós-keynesiana compreende que sindicatos e firmas disputam uma maior participação na renda da economia (LAVOIE, 2014). De acordo com esta abordagem, as firmas procuram aumentar sua margem de lucro, enquanto os sindicatos demandam aumentos na taxa salarial real dos trabalhadores (LAVOIE,

2014). Uma vez que a margem de lucro e o salário real estão relacionados, a meta das firmas possui um equivalente em termos de salário real e a meta dos sindicatos possui um equivalente em termos de margem de lucro (LAVOIE, 2014).

Durante o processo de formação do salário real, as partes envolvidas entram em conflito devido aos seus interesses, de forma a impulsionar a inflação a partir da influência das partes na formação do salário real (LAVOIE, 2014).

O modelo básico de inflação por conflito distributivo assume que o aumento na taxa salarial desejado pelos trabalhadores está relacionado à diferença entre o salário real desejado e o salário real atual, além da taxa de inflação do passado (LAVOIE, 2014). Considerando  $\omega_w$  como o Salário real desejado pelos trabalhadores, que é considerado por eles como o salário justo, e  $\omega_{-1}$  como o salário real do período anterior, temos a equação da taxa de inflação do trabalho como (LAVOIE, 2014):

$$\hat{w} = \Omega_1 (\omega_w - \omega_{-1}) + \Omega_2 \hat{p}_{-1} \quad (7)$$

O parâmetro  $\Omega$  representa a reação dos sindicatos à diferença entre o salário real desejado pelos trabalhadores o salário real do período anterior (LAVOIE, 2014).  $\Omega_1$  reflete o poder de barganha dos trabalhadores e  $\Omega_2$  reflete uma indexação salarial (no caso, ao nível de preços do período anterior) (LAVOIE, 2014). Assume-se que as firmas desejam aumentar os preços quando a margem de lucro atual está abaixo da margem de lucro desejada, de modo que, quanto maior essa diferença, maior será a inflação dos preços (LAVOIE, 2014). Tomando  $\omega_r$  como o salário real de interesse das firmas e  $\Psi_1$  como o parâmetro que reflete o poder de barganha das firmas, enquanto  $\Psi_2$  representa uma indexação dos salários (sendo as indexações explicadas por fatores históricos), temos a seguinte equação (LAVOIE, 2014):

$$\hat{p} = \Psi_1 (\omega_{-1} - \omega_r) + \Psi_2 \hat{w} \quad (8)$$

A indexação do salário em ambas as fórmulas pode ser omitida, uma vez que não gera mudanças significativas a análise, simplificando assim as fórmulas do conflito distributivo (LAVOIE, 2014). O equilíbrio no modelo ocorre quando  $\hat{w}$  é igualado a  $\hat{p}$ , situação em que  $\hat{k}$  é igual a zero, ou seja (LAVOIE, 2014):

$$\omega^* = (\Omega \omega_w + \Psi \omega_f) / (\Omega + \Psi) \quad (9)$$

Em que  $\Omega = \Omega_1 / (1 - \Omega_2)$  e  $\Psi = \Psi_1 / (1 - \Psi_2)$  (LAVOIE, 2014). A partir da taxa salarial real de equilíbrio ( $\omega^*$ ), deriva-se que o estado estacionário da inflação dos preços e salários é positivamente relacionado com a diferença entre os dois salários reais desejados e as duas indexações (LAVOIE, 2014):

$$\hat{w} = \hat{p} = \Omega \Psi (\omega_w - \omega_f) / (\Omega + \Psi) = \Omega_1 \Psi_1 (\omega_w - \omega_f) / (\Omega_1 (1 - \Psi_2) + \Psi_1 (1 - \Omega_2)) \quad (10)$$

A equação (10) descreve a relação entre o poder de barganha das firmas e dos sindicatos que determina o salário real, estando em equilíbrio quando a taxa de variação dos preços é a mesma que a taxa de variação dos salários (LAVOIE, 2014). Um aumento no poder de barganha ou uma redução do salário real desejado por parte das empresas causaria um menor nível inflacionário e um menor salário real, enquanto um aumento do poder de barganha ou no salário real desejado por parte dos trabalhadores resultaria em um maior nível inflacionário e um maior salário real (LAVOIE, 2014). Em contexto estacionário, ambas as classes mantêm a sua participação na renda, de modo que não há perda para nenhuma das partes (LAVOIE, 2014). O salário real é constante, não há variações no poder de barganha nem no salário real desejado por trabalhadores ou capitalistas e mudanças levariam a um novo ponto de equilíbrio (LAVOIE, 2014).

Partindo da equação (10), em um contexto em que o poder de negociação da empresa,  $\Psi_1$ , tende ao infinito ou  $\Psi_2$  é igual a 1 (situação onde o salário está totalmente indexado), os capitalistas estarão em vantagem e, no cenário de equilíbrio,  $\omega$  tenderá a  $\omega_f$  (taxa salário real almejado pelas firmas) (LAVOIE, 2014). Nesse caso, empresas não terão a sua margem de lucro abaixo do desejado e podem reagir imediatamente a qualquer aumento nos custos com salários (LAVOIE, 2014). No cenário oposto, onde sindicatos possuem poder infinito na negociação ou possuem uma indexação do salário nominal a preços nominais, o equilíbrio de  $\omega$  tenderá à taxa de salário real almejada pelos trabalhadores, as firmas são incapazes de aumentar sua margem de lucro e os sindicatos impedirão qualquer diminuição do salário real (LAVOIE, 2014).

O terceiro caso, e o mais geral, representado na Figura 1, ocorre quando o salário real está entre os desejados pelas firmas e sindicatos, de maneira que

nenhuma das partes possui influência total na negociação, nem a capacidade de indexar o aumento de salários ou preços (LAVOIE, 2014). Esse modelo também é acatado pelo modelo de crescimento de distribuição kaleckiano, o qual considera um modelo de crescimento puxado pelos salários, havendo, assim, uma relação positiva entre a taxa de salário real e a taxa de crescimento (LAVOIE, 2014).

Se o poder de barganha dos sindicatos aumentar, a curva  $\hat{w}$  se deslocará para a direita de modo que o salário real almejado pelos sindicatos e o salário real de equilíbrio aumentarão, assim aumentando também a inflação (LAVOIE, 2014). Junto com o aumento no salário real, haverá uma redistribuição da renda em favor dos trabalhadores e, devido às maiores taxas salariais, levará a uma maior utilização de capacidade produtiva e uma maior taxa de crescimento da economia (LAVOIE, 2014). De maneira oposta, se o poder de barganha das firmas aumentar, a curva  $\hat{p}$  se deslocará para a esquerda e o salário real almejado pelas firmas, assim como o salário real de equilíbrio, diminuirão (LAVOIE, 2014). Neste cenário, em que as firmas aumentam sua margem de lucro (implicando uma diminuição no salário real desejado pelas firmas), há um aumento da inflação e uma diminuição no crescimento, o que reduz a taxa de crescimento da economia (LAVOIE, 2014).

### **Figura 1 - Caso geral de inflação por conflito distributivo**

Fonte: Lavoie (2014)

Trabalhos recentes, como Ratner e Sim (2022) e Taylor e Barbosa-Filho (2021), argumentam que, a partir da década de 80, o poder de barganha dos trabalhadores diminuiu, havendo, assim, uma sobreposição do poder de barganha das empresas.

Na teoria pós-keynesiana, a Curva de Phillips apresenta aspectos próprios, rejeitando a NAIRU e outras concepções ortodoxas (LAVOIE, 2014). Nesse contexto, a curva, no longo prazo, mantém uma forma positiva e irregular (LAVOIE, 2014). O modelo considera que a mudança na taxa de desemprego é similar à diferença entre a taxa natural de crescimento (taxa na qual se mantém o pleno emprego e o pleno emprego dos fatores produtivos) e a taxa real de crescimento (LAVOIE, 2014). Dessa maneira, nessa abordagem, a Curva de Phillips apresenta um aspecto horizontal quando essas taxas se igualam, cenário em que a inflação dos salários é constante, como representado na Figura 2 (LAVOIE, 2014). Ao se analisar a relação entre a taxa de desemprego e inflação do salário temos que, no curto prazo, o salário real desejado pelos trabalhadores reage à taxa de desemprego somente quando se está fora da faixa em que as taxas de crescimento se igualam (LAVOIE, 2014).

Considerando ainda que o salário real desejado pelos trabalhadores dependa da taxa de desemprego (de modo que, quanto maior a taxa de desemprego, menor será o poder de negociação dos trabalhadores) e levando em consideração o modelo kaleckiano de crescimento, o salário real apresenta dois pontos de equilíbrio de acordo com o nível de desemprego (LAVOIE, 2014).

### **Figura 2 - Curva de Phillips Pós-Keynesiana**

Desse modo, o equilíbrio entre salário real ( $\omega^*$ ) e taxa de crescimento ( $g$ ) tende para um desses pontos, sendo o ponto de crescimento mais baixo o mais estável e, de acordo sua variação em relação à taxa natural de crescimento, determinando a inflação (LAVOIE, 2014).

Este modelo também aborda a inflação derivada do conflito entre trabalhadores (LAVOIE, 2014). Os trabalhadores, discordando de sua posição na hierarquia socioeconômica e comparando-se a outros trabalhadores, almejam um maior salário real (LAVOIE, 2014). Assim, mesmo em um contexto em que firmas e sindicatos desejem a mesma taxa de salário real, ainda haverá inflação pelo conflito entre os próprios trabalhadores (LAVOIE, 2014). Esse conflito é capturado com a adição do parâmetro  $\Omega_{ww}$  na equação (7) e tende a ser mais intenso quanto maior a taxa de progresso tecnológico, pois setores com maior avanço tecnológico e produtivo apresentam maiores aumentos no salário real, este que é desejado por outros setores (LAVOIE, 2014).

O modelo ainda pode ser complementado ao considerar uma economia aberta e a influência da taxa de câmbio real na formação de salários e preços domésticos (LAVOIE, 2014). Com base em Blecker (2011), uma depreciação da moeda local induzirá as firmas a desejarem um salário real menor e uma maior taxa de lucro (LAVOIE, 2014). Nesse contexto, o salário real desejado pelas firmas, em uma economia aberta, é determinado por (LAVOIE, 2014):

$$\omega_f = \omega_{f0} - \Psi_2 e_R \quad (11)$$

Sendo  $\omega_{f0}$  o salário real inicialmente desejado pelas firmas,  $\Psi_2$  o parâmetro de ajuste que capta a taxa de salário real almejado indexado à taxa de câmbio real e  $e_R$  a taxa de câmbio real (LAVOIE, 2014). Acrescentando à equação (8), a inflação do preço doméstico ( $\hat{p}_d$ ) é determinada por (LAVOIE, 2014):

$$\hat{p}_d = \Psi_1 (\omega - \omega_{f0} + \Psi_2 e_R) \quad (12)$$

Uma alta taxa de câmbio real adiciona uma pressão inflacionária à inflação de salários (BLECKER, 2011). Desse modo, ao se considerar a indexação da equação (7) como relativa à taxa de câmbio real, depreciações cambiais da moeda doméstica levarão a uma maior inflação de preços e salários (LAVOIE, 2014). Já a taxa de

salário real em uma economia aberta é constante quando  $\omega_1$  se iguala a  $\hat{p}_1$ , sendo denominada curva de distribuição (DC) a relação entre os valores da taxa de salário real e a taxa de câmbio real em que o salário real se mantém constante (BLECKER, 2011; Lavoie, 2014). Sendo a curva cambial (FE) a relação entre os valores da taxa de salário real e a taxa de câmbio real em que esta última se mantém constante, o equilíbrio ocorre a intersecção entre as duas curvas (BLECKER 2011).

A teoria pós-keynesiana entende que a inflação é influenciada pelas variações na taxa de salário real, esta que depende da inflação de preços do passado (LAVOIE, 2014). Além disso, a inflação também pode resultar da diferença entre a utilização atual da capacidade produtiva e a utilização normal dessa capacidade (LAVOIE, 2014). Desse modo, a inflação de preços, na visão pós-keynesiana, é majoritariamente explicada por fatores históricos e culturais, dependendo da evolução da demanda agregada, o salário real dos trabalhadores e de sua participação na renda (LAVOIE, 2014).

### 2.3 SÍNTESE DAS ABORDAGENS PÓS-KEYNESIANAS

Kalecki e Lavoie realizam suas análises utilizando um método matemático para abordar a formação e a elevação de preços, de maneira que suas teorias se aplicam a diversas situações históricas, não se limitando a casos particulares. Michal Kalecki argumenta que o preço de um bem é formado a partir da política de fixação da empresa, o custo unitário e a média ponderada dos preços de todas as firmas do setor. Desse modo, o preço médio, considerando as indexações médias do setor, é proporcional ao custo direto unitário médio em relação ao grau de monopolização do setor. A monopolização do setor depende da concentração da indústria, em que grandes firmas influenciam o preço médio e possuem a capacidade de elevar os preços do setor.

Além disso, a influência dos custos indiretos em relação aos custos diretos sobre o grau de monopolização, seu impacto nos lucros e o poder dos sindicatos também são fatores que afetam a monopolização de um setor. Em um setor com um alto grau de monopolização, as empresas podem, diante de um aumento nos custos indiretos em relação aos custos diretos, elevar os preços de seus produtos em relação aos custos diretos unitários protegendo-se, assim, de uma diminuição nos lucros ao repassar as suas perdas. Dessa forma, os preços dos produtos acabados

são formados a partir dos preços de cada etapa de sua produção. Os preços de cada etapa são proporcionais aos custos diretos unitários em relação ao grau de monopólio. Desse modo, na primeira etapa da produção, o preço é formado a partir de salários e do custo dos produtos primários. Por sua vez, nas etapas seguintes, o preço é determinado pelos preços da etapa anterior e pelos salários da etapa atual.

Marc Lavoie, por sua vez, argumenta que os preços se estabelecem a partir de um conflito entre agentes, sendo estes trabalhadores e capitalistas. Divergindo de algumas concepções ortodoxas, sua teoria sustenta que a inflação afeta variáveis reais, em especial a distribuição da renda da economia. Para o autor, em um cenário inflacionário, ambos os agentes procuram manter ou ampliar sua participação na renda da economia. Por conseguinte, os trabalhadores buscam aumentar o salário real, enquanto os capitalistas procuram reduzi-lo, o que resultaria em um aumento na margem de lucro. Assim, ambos os agentes possuem um salário real desejado, sendo o salário real determinado pela interação entre os salários reais desejados e o poder de barganha de cada agente. O salário real desejado pelos trabalhadores é o que eles consideram justo. Quanto maior for o poder de barganha dos sindicatos, mais o salário real tenderá a se aproximar do salário real desejado pelos trabalhadores, nesse cenário ocorre uma inflação puxada por salários. De maneira semelhante, quanto maior for o poder de barganha das firmas e capitalistas, mais o salário real tenderá a se aproximar do salário real desejado pelos capitalistas, resultando em um aumento da margem de lucro e uma inflação puxada por lucros. De forma geral, o salário real está entre os desejados pelos agentes, de modo que nenhum deles exerce influência total na negociação, nem possui a capacidade de indexar plenamente o aumento de salários ou preços.

O equilíbrio, nesse modelo, ocorre quando a taxa de variação dos preços é igual à taxa de variação dos salários. Nesse estado estacionário, a taxa de variação da margem de lucro permanece constante e ambos agentes mantêm a sua participação na renda. Há também um conflito distributivo entre os trabalhadores, estes que discordam de sua posição na hierarquia socioeconômica e, ao se compararem com outros trabalhadores, almejam um maior salário real. Esse conflito tende a ser mais intenso quanto maior a taxa de progresso tecnológico, pois setores com maior avanço tecnológico e produtivo apresentam maiores aumentos no salário real, o qual é desejado por trabalhadores de outros setores.

### 3 INFLAÇÃO E O CONFLITO DISTRIBUTIVO NA ABORDAGEM ESTRUTURALISTA

A visão estruturalista, diferindo das abordagens de teorias ortodoxas, possui um caráter mais histórico, considerando a estrutura produtiva, o conflito distributivo e suas influências ao analisar a economia e o desenvolvimento de um país. Com um foco maior no contexto de países subdesenvolvidos, essa abordagem compreende a inflação como um efeito da estrutura econômica do país, e não apenas um fenômeno monetário (NOYOLA, 1956).

Nessa abordagem, instabilidades na economia e sua estrutura produtiva, muitas vezes relacionadas à balança comercial do país, podem gerar um aumento no nível de preços, sendo esse um efeito do próprio subdesenvolvimento do país (NOYOLA, 1956). Considerando as desigualdades econômicas e estruturais entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, a abordagem estruturalista - representada aqui pelas teorias de Juan Noyola, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado e Aníbal Pinto - apresenta uma teoria com enfoque nos desequilíbrios econômicos e suas consequências para o desenvolvimento e a estabilidade da economia.

#### 3.1 JUAN NOYOLA E OSVALDO SUNKEL: ESTRUTURA PRODUTIVA, CONFLITO DISTRIBUTIVO E INFLAÇÃO

Os fenômenos inflacionários enfrentados por países não desenvolvidos possuem características próprias que não se limitam a questões monetárias, incorporando aspectos que não são geralmente abordados pelas teorias ortodoxas (NOYOLA, 1956). É necessário que, ao analisar e interpretar a economia de um país subdesenvolvido, sejam consideradas a estrutura econômica e evolução histórica, social, política e institucional que condicionam o país (SUNKEL, 1958). Desse modo, em países subdesenvolvidos, um aumento no nível geral de preços é resultado de desequilíbrios reais e depende de características estruturais específicas do próprio país, refletindo também uma luta de classes pela participação na renda nacional (NOYOLA, 1956). Um fenômeno inflacionário pode, então, ser dividido entre pressões inflacionárias, que geram e iniciam a inflação, e mecanismos de propagação inflacionária, que, embora incapazes de gerar inflação, são responsáveis por mantê-la e conferir-lhe um caráter cumulativo (SUNKEL, 1958).

Mecanismos de propagação são efeitos das tentativas dos agentes econômicos de manter sua renda real diante das consequências da inflação sobre a renda da economia, sendo, assim, parte do conflito distributivo (SUNKEL, 1958).

Noyola (1956) argumenta que os elementos de desequilíbrio podem ser diferenciados nas categorias i- estrutural, ii- dinâmico ou iii- institucional. A primeira categoria é expressa pela distribuição da população em diferentes ocupações e pelas diferenças de produtividade entre os setores, enquanto a segunda categoria é expressa pelas diferenças no ritmo de crescimento da economia e de setores específicos (NOYOLA, 1956). Já a terceira categoria se manifesta pelo grau de monopólio das empresas privadas, pelo poder dos sindicatos e pela orientação das políticas públicas (NOYOLA, 1956). A partir disso, existem duas classes teóricas para a inflação, a primeira sendo as pressões inflacionárias básicas e a segunda os mecanismos de propagação (NOYOLA, 1956). A primeira classe é comumente originada por desequilíbrios no crescimento dos setores de agricultura ou comércio exterior, enquanto a segunda é mais branda e geralmente está relacionada ao mecanismo fiscal, à expansão creditícia e o reajuste de preços e renda (NOYOLA, 1956).

Sunkel (1958), por sua vez, divide as pressões inflacionárias em três categorias, as i- pressões inflacionárias básicas ou estruturais, ii- pressões inflacionárias circunstanciais e iii- pressões inflacionárias cumulativas. A primeira expressa as restrições e inflexibilidades estruturais do sistema econômico, a segunda refere-se a aumentos repentinos dos preços de importações e gastos públicos em função de circunstâncias imprevistas e a terceira categoria está relacionada com a própria inflação (SUNKEL, 1958).

A força da inflação depende, inicialmente, da magnitude das pressões inflacionárias e, em segundo lugar, do desempenho dos mecanismos de propagação (NOYOLA, 1956). Para compreender a variação no nível geral de preços em diferentes países subdesenvolvidos, é necessário, primeiramente, identificar as pressões inflacionárias básicas existentes e suas intensidades, e, em seguida, analisar a existência e a atuação dos mecanismos de propagação (NOYOLA, 1956).

Ao analisar o quadro inflacionário chileno ocorrido entre 1930 e 1956, observa-se que houve uma desvalorização cambial que, devido à limitação de recursos naturais, restrições de mercado e baixa produtividade, resultou em uma incapacidade de realizar um processo de substituição de importações (NOYOLA,

1956). Esse cenário gerou um aumento do nível médio dos custos reais e pressões inflacionárias básicas de origem externa e interna (NOYOLA, 1956).

A partir disso, originou-se uma estagnação nas exportações, que, em conjunto com um contínuo aumento populacional do país, aumentou a demanda por importações, o que causou uma redução da capacidade de importação do país (NOYOLA, 1956). Outra pressão inflacionária básica foi a incapacidade da produção agrícola de acompanhar a demanda por alimentos do país (NOYOLA, 1956). O Chile possuía uma estrutura econômica com rigidez na oferta agrícola, com a demanda crescendo mais do que a oferta, uma inelasticidade na capacidade de importar e estrangulamentos específicos na oferta de bens e serviços (SUNKEL, 1958). O país ainda apresentava uma reduzida taxa de formação de capital, o que impossibilitava a ampliação da capacidade produtiva e a criação de empregos (SUNKEL, 1958). Além disso, também foi identificada uma tendência de deterioração da produtividade média, com uma transferência da mão de obra do setor de mineração, este mais produtivo, para a indústria e serviços (SUNKEL, 1958). Outro aspecto relevante foi a instabilidade, inflexibilidade e regressividade do sistema tributário, no qual foi observada uma incapacidade de reajustar seu rendimento às necessidades dos gastos públicos (SUNKEL, 1958).

A economia chilena apresentava como características econômicas e institucionais uma rigidez da oferta de mão de obra e características monopolísticas no setor minerador e na estrutura agrária, além de um equilíbrio de forças entre as classes sociais (NOYOLA, 1956). Esse cenário permitiu uma melhor organização sindical e a defesa do salário real, proporcionando também uma maior influência dos setores minerador e agrícola na formação de preços e impossibilitando uma imposição da pressão inflacionária de uma classe sobre as outras (NOYOLA, 1956). Algumas das pressões inflacionárias circunstanciais ocorridas foram um aumento geral das remunerações, fruto de uma política de reajuste das rendas, empréstimos necessários para lidar com catástrofes naturais e um aumento do preço das importações (SUNKEL, 1958). Outras pressões circunstanciais foram o período bélico, que causou uma expansão da moeda circulante, e a instabilidade da economia internacional, que afetou o financiamento fiscal e as importações (SUNKEL, 1958).

Analisando as pressões cumulativas, a economia chilena teve uma orientação de investimentos contrária à acumulação de capital, o que gerou uma queda na

produtividade e expectativas de inflação futura, que causaram um aumento nos gastos no curto prazo das empresas (SUNKEL, 1958). Aliado a esse cenário, o aumento dos gastos públicos reforçou os estrangulamentos dos setores de capital social básico e as pressões inflacionárias estruturais (SUNKEL, 1958). Também foram identificados efeitos negativos da inflação na produtividade, de modo a se ter greves que visavam impedir uma perda do salário real por parte dos trabalhadores, proliferação de empresas e atividades ineficientes, implementação de sistemas de controle de preços e desorganização no sistema de seguridade social (SUNKEL, 1958). Por fim detectou-se uma apreensão dos exportadores quanto a uma taxa de câmbio satisfatória, de maneira a não expandir a pauta de exportações (SUNKEL, 1958).

Embasado nesse contexto, o cenário inflacionário chileno foi ampliado por mecanismos de propagação, como o mecanismo fiscal (NOYOLA, 1956; SUNKEL, 1958). Este que apresentava um sistema tributário regressivo, no qual o Estado tentou atenuar os efeitos concentradores de renda por meio de gastos com a previdência social e subsídios cambiais a produtos essenciais (NOYOLA, 1956; SUNKEL, 1958). Os subsídios para importações ainda atuaram de forma a absorver parte das pressões inflacionárias, mas, quando as condições básicas do comércio exterior se deterioraram, passaram a devolver as pressões através de fortes depreciações cambiais (SUNKEL, 1958). O déficit no setor público, resultado de um conjunto de problemas estruturais enfrentados pelo país, foi reforçado devido à rigidez dos gastos fiscais frente à inflação, gerando, assim, uma maior emissão monetária (SUNKEL, 1958). O mecanismo de propagação de reajuste de preços e renda foi bem-sucedido, e a expansão do crédito foi passiva, de modo a apenas viabilizar liquidez real suficiente para acompanhar o aumento do nível geral de preços (NOYOLA, 1956; SUNKEL, 1958).

Examinando o cenário inflacionário ocorrido no México durante o mesmo período, identificado-se, como no caso chileno, uma incapacidade das exportações de acompanharem o crescimento da economia interna, configurando-se como uma pressão inflacionária básica (NOYOLA, 1956). Embora o México possuísse uma pauta de exportações mais diversificada em comparação ao Chile, ocorreram, em razão de desequilíbrios na balança de pagamentos do país, sucessivas desvalorizações cambiais durante o período (NOYOLA, 1956). Por não possuir uma rigidez na oferta de produtos agrícolas e não realizar subsídios cambiais, a pressão

inflacionária básica foi menos intensa na economia mexicana quando comparado à economia chilena (NOYOLA, 1956).

O cenário inflacionário mexicano teve, ainda, mecanismos de propagação diferentes dos do chileno (NOYOLA, 1956). Mesmo com um sistema fiscal em que tributos diretos possuíam relevância, houve a participação de impostos sobre exportação na taxa direta e, em um cenário inflacionário, o imposto de renda tende a se tornar menos progressivo (NOYOLA, 1956). Junto a isso, houve um aumento do imposto *ad valorem* junto as desvalorizações cambiais, o que gerou uma transferência de renda de importadores (grande parte dos habitantes do México) para os exportadores (NOYOLA, 1956). Dessa forma, observou-se um sistema fiscal regressivo (NOYOLA, 1956). O mecanismo fiscal, pela ótica dos gastos, se mostrou ineficaz em controlar a concentração de renda, e o mecanismo de crédito, similarmente ao Chile, funcionou passivamente, de maneira a apenas preservar a liquidez real necessária para o processo inflacionário (NOYOLA, 1956). Já pelo mecanismo de reajuste de preços e salários, devido a uma estrutura com um grau de monopólio por parte dos empresários e um grande exército de reserva no setor agrícola, não foi possível que os trabalhadores mexicanos defendessem sua participação na renda do país (NOYOLA, 1956). Por conseguinte estiveram em desvantagem no conflito distributivo (NOYOLA, 1956).

Nesse sentido, compreende-se que, enquanto a inflação chilena foi mais intensa nas taxas de inflação, o caso mexicano apresentou um maior processo de concentração de renda, no qual trabalhadores sofreram mais os efeitos do processo inflacionário (NOYOLA, 1956).

Investigando ainda a tentativa de estabilização econômica visando conter o nível geral de preços realizada pelo Chile nos anos de 1956 e 1957, foi realizada uma política monetária restritiva, uma concessão de reajustes de salários abaixo da inflação e uma contenção de gastos públicos (SUNKEL, 1958). Outras medidas também foram executadas, como uma reforma cambial visando uma forte desvalorização e um novo sistema de controle de importações, um aumento das tarifas de serviços públicos e maior liberdade de preços para produtos agropecuários (SUNKEL, 1958). Essas políticas de contenção, porém, se mostraram ineficazes em atenuar as pressões inflacionárias, estas que continuaram latentes (SUNKEL, 1958). Dessa maneira, limitou-se a capacidade de defesa de diversos setores e o funcionamento dos mecanismos de propagação (SUNKEL, 1958). Decorreu, com

isso, uma forte redistribuição regressiva de renda e uma limitada expansão dos gastos públicos, resultando em uma redução da renda real dos trabalhadores e na contração da atividade econômica do país (SUNKEL, 1958). Como efeito da redistribuição de renda, também foi identificado um agravamento dos desajustes entre a estrutura de produção e a composição da demanda, havendo maiores estrangulamentos que dificultam o desenvolvimento econômico (SUNKEL, 1958).

Uma política econômica alternativa à realizada, esta que focou nos mecanismos de propagação, seria a eliminação das pressões inflacionárias básicas por meio do desenvolvimento econômico e estrutural (SUNKEL, 1958). Um programa de estabilização deveria enfrentar a rigidez da oferta de bens e a inflexibilidade e regressividade do sistema tributário (SUNKEL, 1958). O primeiro aumentaria a disponibilidade de alimentos por meio da produção interna e importações, exigindo investimentos públicos, de modo a gerar um aumento na ocupação da população e nos investimentos, o que expandiria a produtividade média (SUNKEL, 1958).

Sendo também de grande importância um aumento das exportações, tanto agrícolas quanto da produção industrial, de maneira a melhorar a balança de pagamentos do país (SUNKEL, 1958). O sistema tributário, por sua vez, geraria um crescimento das receitas através do aumento de impostos nos setores internos (SUNKEL, 1958). Atuando nas pressões cumulativas, deveria-se acabar com as distorções do sistema de preços ao eliminar controles diretos em preços conforme são enfrentados os problemas de rigidez da oferta, assim aumentando a produtividade, resultado de uma melhor alocação de recursos produtivos privados (SUNKEL, 1958). As pressões circunstanciais seriam enfrentadas a partir do cumprimento do programa de estabilização econômica e desenvolvimento do país (SUNKEL, 1958). Em relação ao reajuste de salários e rendas, estes seriam realizados a partir da correção das remunerações quando o nível de preços excedesse limites pré-estabelecidos (SUNKEL, 1958).

### 3.2 CELSO FURTADO: CONFLITO DISTRIBUTIVO E INFLAÇÃO NEUTRA

Celso Furtado, em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, ao analisar o processo inflacionário corrido no Brasil entre 1949 e 1952, entende que há duas questões sobre inflação a serem consideradas, estas sendo a razão da elevação

persistente dos preços e os efeitos dessa elevação no processo econômico (FURTADO, 2005). Examinando a segunda questão, observa-se, devido à taxa de aumento dos custos dos equipamentos e ao aumento dos preços das manufaturas, um aumento na eficácia do capital, que teve como consequência um aumento na capitalização na economia brasileira (FURTADO, 2005). Portanto, com a taxa de câmbio fixa, um aumento no custo do equipamento significava apenas um aumento dos preços de importação (FURTADO, 2005). A elevação persistente do nível de preços, então, foi positiva para os empresários, facilitando a apropriação de uma parte crescente do aumento de produtividade econômica e uma melhora na relação de preços do intercâmbio externo (FURTADO, 2005). Uma parte da renda real gerada pela relação dos preços de intercâmbio foi direcionada aos empresários, possuindo também um efeito de intensificar as inversões e o crescimento da economia (FURTADO, 2005). O processo de transferência se encerrou a partir do momento em que, no curto prazo, a participação dos bens de capital e das matérias-primas se mostrou incapaz de crescer (FURTADO, 2005).

Considerando que o Brasil possui uma tendência histórica de inflação, o que refletiu no processo em que o setor exportador transferia suas perdas para o conjunto da coletividade, o setor agrícola gerou pressões para o aumento do nível de preços (FURTADO, 2005). Uma vez que as importações estavam sendo controladas, o setor agrícola teve um aumento de sua renda monetária, consequência da elevação dos preços de exportação, o que gerou uma pressão na oferta desses bens (FURTADO, 2005). A inflação foi, então, um processo em que a economia absorveu um excedente de procura monetária, gerando assim um aumento no nível de preços e resultando em uma redistribuição da renda real (FURTADO, 2005).

A redistribuição de renda é, então, ocasionada pela tentativa do sistema de, devido a desequilíbrios, alcançar uma nova posição de equilíbrio (FURTADO, 2005). Dessa maneira, os agentes envolvidos nesse fenômeno desenvolvem mecanismos a fim de defender a sua renda real (FURTADO, 2005). Devido às novas pressões, ao atingir uma nova posição de equilíbrio, a renda da economia se realocará, podendo favorecer alguns agentes, enquanto que prejudica outros (FURTADO, 2005). Os agentes prejudicados, então, reagem e tentam voltar para sua situação anterior, evitando uma redução de sua renda real (FURTADO, 2005). Lidando com pressões que diminuem sua renda real, as empresas podem, a partir do seu poder de

mercado, aumentar os seus preços, repassando as perdas aos consumidores de maneira a manter ou aumentar a sua participação na renda da economia (FURTADO, 2005). Os trabalhadores, por sua vez, podem, a partir de greves, aumentar o seu salário real, impedindo assim uma diminuição de sua renda real e uma perda no seu poder aquisitivo (FURTADO, 2005). Esses mecanismos podem levar a uma inflação neutra, ou seja, um aumento persistente no nível de preços sem efeitos reais, o que não gera consequências na distribuição de renda real da economia, uma vez que os efeitos sobre a renda se anulam com o decorrer do tempo (FURTADO, 2005).

Considerando o começo do circuito como o início da inflação, o agente prejudicado pela redistribuição de renda reagirá à mudança em sua renda, de modo a repassar suas perdas para outros agentes (FURTADO, 2005). Este novo agente, agora prejudicado, fará o mesmo, de maneira que, ao final do circuito, a distribuição da renda será a mesma do início, não se alterando em termos reais (FURTADO, 2005). Portanto, mesmo que, no curto prazo, haja alguma mudança na distribuição da renda, no longo prazo, a partir do conflito distributivo em que os agentes procuram evitar perdas, a distribuição da renda voltará para o ponto de equilíbrio inicial (FURTADO, 2005). A inflação neutra, então, segue um circuito no qual, ao final de cada período, os agentes encontram-se na mesma situação real, por conseguinte, não tendo suas rendas reais afetadas ao fim de cada circuito (FURTADO, 2005).

Uma defesa contra a inflação neutra necessitaria, como resultado da estabilização, uma redistribuição da renda real, na qual o grupo em vantagem durante a estabilização seria beneficiado (FURTADO, 2005). Há, então, devido ao aparelhamento dos agentes para se defenderem de perdas reais, uma dificuldade em estabilizar o sistema econômico (FURTADO, 2005). A partir desse contexto, compreende-se o fenômeno inflacionário como uma luta entre os agentes pela redistribuição da renda da economia, em que a elevação do nível de preços se manifesta como consequência desse conflito (FURTADO, 2005).

Analisando o caso de inflação no Brasil ocorrido em 1949, observa-se que, devido a uma elevação nos preços dos produtos exportados, desencadeou-se uma série de reações de caráter inflacionário em que diferentes agentes procuraram absorver o aumento da renda real gerado (FURTADO, 2005). No contexto de controle de importações, em que se impede uma maior oferta de bens de consumo

no curto prazo, o aumento do poder de compra levou a uma procura monetária excedente (FURTADO, 2005). A partir desse desequilíbrio, criou-se uma pressão sobre a oferta de manufaturas que causou antecipações no setor industrial, o qual utilizou o sistema bancário para expandir suas atividades (FURTADO, 2005). A expansão monetária no setor de mercado interno pressionou o nível geral de preços, anulando o ganho na distribuição de renda ocasionado ao setor exportador devido à melhora nos termos de intercâmbio (FURTADO, 2005). Conseqüentemente, compreende-se que uma mudança na demanda, não acompanhada pela oferta interna, criou pressões inflacionárias, estas que foram agravadas pela baixa capacidade de importação da economia brasileira em relação ao crescimento da renda (FURTADO, 2005).

A inflação é, então, explicada por desajustes externos ou estruturais que resultam em um novo ponto de equilíbrio, sendo o processo de ajuste responsável por gerar um efeito redistributivo na renda (FURTADO, 2005). Ao tentar evitar perdas reais, os agentes repassam suas perdas e intensificam a inflação (FURTADO, 2005). Esse processo pode, entretanto, resultar em uma inflação neutra, na qual os agentes, a partir de seus mecanismos de defesa, anulam os ganhos e perdas ao final de cada ciclo (FURTADO, 2005). Desse modo, a distribuição de renda se mantém a mesma de antes, porém gera-se um aumento persistente no nível geral de preços (FURTADO, 2005).

### 3.3 ANÍBAL PINTO: RAÍZES ESTRUTURAIS DA INFLAÇÃO

A maioria dos países relativamente mais desenvolvidos na América latina apresentou, na década de 1960, uma persistente tensão inflacionária, esta sendo relacionada à apreciação nas transações externas, ao crescimento na dívida ou ainda resultado de pressões sociais (PINTO, 1968). Analisando a questão inflacionária a partir do contexto do sistema econômico e das características da evolução latino-americana, tem-se como relevantes i- a estrutura produtiva, ii- a infraestrutura ou o capital social básico, iii- a estrutura financeira e iv- o setor exterior dos países (PINTO, 1968). A primeira característica entende-se como o conjunto de atividades criadoras de bens e serviços que entram no mercado, e a segunda representa as facilidades coletivas que constituem o suporte do setor (PINTO, 1968). A estrutura financeira, por sua vez, é o conjunto de agentes e canais que permitem

que as transações reais do sistema produtivo ocorram monetariamente, e o setor externo refere-se às relações e à dependência em relação ao resto do mundo (PINTO, 1968). Essas características são subestruturas de uma totalidade e possuem relações funcionais de interdependência que, historicamente, apresentam desajustes, os quais resultam em pressões inflacionárias (PINTO, 1968).

Devido os efeitos da Grande Depressão, durante a década de 1930, diversos países latino-americanos apresentaram mutações na composição setorial do produto interno, com ênfase no aumento das atividades de serviços e indústria (PINTO, 1968). A partir da redução da dependência externa, em que países desenvolvidos demandavam menos produtos latino-americanos e não supriam a demanda desses países por produtos industrializados, ocorreram desajustes na estrutura produtiva dos países latino-americanos (PINTO, 1968). Desse modo, apresentou-se um excesso de demanda por bens industrializados e um excedente de oferta de bens agrários (PINTO, 1968). Diferentes setores, mesmo que interdependentes, apresentaram diferentes taxas de crescimento, resultando, assim, em uma ruptura na estabilidade estrutural do país (PINTO, 1968). A impossibilidade de importar, devido aos ritmos de crescimento distintos entre setores interdependentes, criou tensões dentro das economias latinas, onde a indústria se expandiu rapidamente, chegando a duplicar sua participação no PIB, enquanto o setor agrícola manteve-se em um nível inferior de crescimento (PINTO, 1968). Essa diferença acentuada no ritmo de crescimento entre esses setores provocou uma ruptura no equilíbrio estrutural das economias latinas (PINTO, 1968). A partir dessas tensões, surgiu um processo inflacionário, especialmente devido ao aumento da demanda urbana por alimentos e à incapacidade do setor agrícola de essa demanda (PINTO, 1968).

A relação entre a estrutura produtiva e outras subestruturas nas economias latinas apresentou uma discrepância entre a transformação do aparato produtivo e a adaptação da infraestrutura, o que gerou desequilíbrios que causaram estrangulamentos na expansão do sistema, resultando em pressões inflacionárias (PINTO, 1968). Observa-se também uma mudança no financiamento e no sistema financeiro desses países, em que, o sistema, que era preenchido por capital estrangeiro, passou, a partir da Grande Depressão, a depender dos recursos internos, levando diversos países a recorrerem à emissão monetária (PINTO, 1968). Baseado na incapacidade de financiar investimentos públicos e privados somente com capital nacional disponível, surge como alternativa a emissão monetária, que

tem como efeito um desequilíbrio na evolução entre o aparato produtivo, a infraestrutura e o sistema financeiro (PINTO, 1968). Essa desarticulação no sistema monetário, então, propagou e multiplicou os desequilíbrios originais (PINTO, 1968). A participação de capital estrangeiro em investimentos possui, ainda, o potencial de gerar um desequilíbrio em relação à dívida do país, caso não se aumente a capacidade de pagamento do país (PINTO, 1968).

Analisando ainda as relações entre as subestruturas e o setor externo, compreende-se que o efeito do comércio exterior depende da sua taxa de expansão em relação ao produto interno e à demanda por importações, à regularidade das trocas comerciais e à flexibilidade das importações para atender às necessidades do sistema (PINTO, 1968). Se o crescimento das importações for adequado, as mudanças na estrutura produtiva, nos serviços básicos e no setor financeiro serão facilitadas (PINTO, 1968). Caso o contrário, ocorrerá uma desarticulação na estrutura global e em seus componentes (PINTO, 1968).

A desestabilização decorrente das oscilações no comércio exterior é ainda afetada pela flexibilidade dos itens de importação, em que a impossibilidade de aquisição de determinados itens pode provocar mudanças no aparato produtivo (PINTO, 1968). A demanda por bens e serviços exige, portanto, uma taxa de crescimento das importações superior à taxa de crescimento do produto doméstico (PINTO, 1968). A relação entre a demanda por importações e a capacidade de pagamento, nos países latino-americanos, entretanto, em geral, não acompanhou o desenvolvimento econômico do país (PINTO, 1968).

A insuficiência das importações necessárias para acompanhar a expansão da produção e do consumo interno desencadeou um desequilíbrio estrutural, que se refletiu também no nível monetário (PINTO, 1968). A demanda excessiva por importações em relação à capacidade de pagamento pressionou a balança externa, tornando as depreciações cambiais ineficazes no longo prazo e contribuindo para o processo inflacionário (PINTO, 1968). Como resposta, diversos países adotaram um controle sobre as importações, entretanto, não eliminaram o desajuste real entre as necessidades internas e a previsão de componentes estrangeiros (PINTO, 1968). Outra possibilidade seria a substituição de importações, o que implicaria em novos ajustes e desafios estruturais (PINTO, 1968). O comércio exterior, então, possui significativa influência na estrutura econômica, e suas flutuações podem ser fontes de desequilíbrios e episódios inflacionários (PINTO, 1968).

Há ainda uma falta de sincronia no desenvolvimento da estrutura econômica, o que destaca os desajustes e as pressões inflacionárias, de modo que as políticas anti-inflacionárias precisam se basear em um diagnóstico das causas estruturais da instabilidade (PINTO, 1968). As políticas econômicas podem tanto promover o crescimento quanto amplificar os desequilíbrios existentes no sistema, sendo também importante considerar os interesses sociais, a fim de remover as distorções estruturais (PINTO, 1968).

Compreende-se que os desajustes estruturais, os desequilíbrios entre setores interdependentes e as tensões advindas do crescimento econômico, juntamente com as limitações do sistema financeiro dos países latinos, criaram pressões inflacionárias (PINTO, 1968). A falta de sincronia entre o desenvolvimento econômico dos países latinos e as oscilações no comércio exterior amplificou os desequilíbrios já existentes, resultando em um aumento persistente do nível geral de preços e mudanças nas estruturas econômicas (PINTO, 1968).

### 3.4 SÍNTESE DAS ABORDAGENS ESTRUTURALISTAS

A vertente estruturalista possui como característica a importância da estrutura econômica e das instituições para a análise de fenômenos econômicos. Noyola, Sunkel, Furtado e Pinto seguem essa linha de pensamento. Desse modo, os quatro autores desenvolvem suas teorias a partir de um método histórico, estudando contextos latino-americanos e considerando o cenário econômico específico dos países analisados e seus efeitos na economia. Assim, é examinada a organização econômica e seus impactos no país em questão.

Noyola e Sunkel analisam o cenário inflacionário ocorrido na economia chilena entre 1930 e 1956. Noyola também discorre sobre o quadro inflacionário da economia mexicana no mesmo período. Os autores argumentam que os fenômenos inflacionários podem ser divididos em i- pressões inflacionárias e ii- mecanismos de propagação. O primeiro refere-se à origem da inflação, enquanto o segundo, apesar de não gerar inflação, é responsável por amplificar a inflação já existente. As pressões inflacionárias podem ser classificadas em i- básicas, ii- circunstanciais ou iii- cumulativas. Já os mecanismos de propagação representam o conflito distributivo entre os agentes, que reagem ao aumento do nível de preços e buscam manter ou aumentar a sua renda real.

Celso Furtado apresenta uma análise teórica semelhante à de Noyola e Sunkel. Ao estudar os fenômenos inflacionários ocorridos no Brasil entre 1949 e 1952, Furtado também discorre sobre o conflito entre capitalistas e trabalhadores pela distribuição da renda e seus efeitos na economia. O autor, entretanto, adiciona uma variável temporal, na qual os agentes defendem sua renda real, de forma que, no final de cada circuito, os termos reais permanecem inalterados, mas ocorre um aumento persistente no nível de preços. Para Furtado, inflação é gerada pela tentativa do sistema de alcançar um novo ponto de equilíbrio a partir de desequilíbrios externos. Nesse novo ponto de equilíbrio, ocorre uma nova distribuição de renda, e os agentes prejudicados utilizam os mecanismos possíveis para repassar suas perdas para outros agentes, estes que também se defenderão causando assim um ciclo. Dessa forma, ao final de cada ciclo, há um aumento da inflação, entretanto, a distribuição da renda da economia permanece a mesma do início. Esse é um cenário de inflação neutra, em que, a partir de um desequilíbrio, há inflação mas os agentes são capazes de se defender. Assim, no final de cada circuito, a distribuição da renda da economia não se altera.

Diferente dos outros autores, que consideram como agentes trabalhadores e capitalistas, Aníbal Pinto aborda o conflito distributivo examinando o conflito entre diferentes setores da economia em sua análise. Para o autor, a composição da renda entre diferentes setores da economia é afetada pela inflação, de modo que os setores prejudicados tentam defender a sua renda. Ele ainda argumenta que a análise de fenômenos inflacionários deve ser realizada considerando o contexto econômico, assim como suas características e evolução próprias. Para Pinto, deve-se analisar i- a estrutura produtiva, ii- a infraestrutura ou o capital social básico, iii- a estrutura financeira e iv- o setor exterior dos países, sendo que cada subestrutura e suas relações influenciam os fenômenos econômicos. Diferentes setores apresentam diferentes ritmos de crescimento e proporções da renda da economia, variando de acordo a sua estrutura. O conflito distributivo é, então, resultado de transformações industriais que favorecem alguns setores enquanto prejudicam outros, de maneira que os setores prejudicados reagirão e tentarão manter a sua renda real. Nessa perspectiva, a tensão entre os diferentes setores da economia afeta a distribuição de recursos e a estabilidade econômica.

#### 4 UMA COMPARAÇÃO TEÓRICA ENTRE AS CONCEPÇÕES PÓS-KEYNESIANAS E ESTRUTURALISTAS

As abordagens pós-keynesiana, representada por Kalecki e Lavoie, e estruturalista, representada por Noyola, Sunkel, Furtado e Pinto, reconhecem o conflito distributivo como relevante para fenômenos inflacionários. Entretanto, ambas as abordagens apresentam diferentes análises sobre o tema. As perspectivas se contrapõem a algumas abordagens ortodoxas ao compreender a inflação não como um fenômeno monetário, mas sim um processo que afeta e altera termos reais na economia, sendo de grande relevância para o seu desenvolvimento. As teorias pós-keynesiana e estruturalista apresentam alguns pontos similares, sendo possível, dessa forma, apontar potenciais conexões entre as abordagens e delinear uma complementariedade entre as vertentes.

Converge, entre as teorias, o reconhecimento de que a renda da economia e sua distribuição entre os agentes são intensamente afetadas pelas mudanças ocorridas no nível geral de preços e pela reação dos agentes a esse processo. As duas abordagens divergem, entretanto, na maneira de analisar esses fenômenos, gerando, assim, diferentes perspectivas sobre o tema.

Dessa forma, uma grande diferença entre as abordagens é o método de análise utilizado. Kalecki e Lavoie empregam um método matemático, que explica a dinâmica econômica de maneira geral e sem considerar as especificidades de cada país. A partir de equações e funções matemáticas, como base de seus argumentos, os autores formulam teorias que procuram explicar os fenômenos econômicos de maneira geral, sendo aplicadas a várias situações históricas e não se limitando a casos particulares. Por conseguinte, a teoria pós-keynesiana fornece uma maior formalização da inflação.

Já os autores estruturalistas aplicam uma investigação histórica, na qual, possuindo uma interpretação mais contextualizada e descritiva, procuram explicar episódios inflacionários reais ocorridos na América Latina. A abordagem estruturalista ainda enfatiza a evolução econômica com o passar do tempo e as diferenças entre distintos contextos e estruturas econômicas. Michal Kalecki e Marc Lavoie apresentam fórmulas gerais para a economia, nas quais se pode analisar diferentes cenários e circunstâncias e derivar novos conceitos a partir de manipulação matemática. Em contrapartida, Noyola, Sunkel, Furtado e Pinto

discorrem sobre períodos inflacionários ocorridos no século XX, dissertando sobre as origens e efeitos da inflação em determinado quadro econômico, focando-se, assim, na conjuntura latino-americana. Juan Noyola e Osvaldo Sunkel analisam o quadro inflacionário ocorrido na economia chilena entre 1930 e 1956. Noyola ainda aborda o quadro inflacionário mexicano ocorrido no mesmo período. Celso Furtado, por sua vez, utiliza como base o processo inflacionário ocorrido no Brasil entre 1949, e 1952 e Aníbal Pinto analisa o contexto inflacionário latino-americano de forma geral após a crise de 1929.

Michal Kalecki aborda que, em setores com maior grau de monopolização, as firmas podem repassar aumentos dos custos nos preços de seus produtos, visando assim manter a sua margem de lucro e repassando esse custo a outros agentes. Esse conceito ainda converge com a análise de Celso Furtado, que argumenta que, quando as empresas lidam com pressões que diminuem sua renda real, elas podem, a partir do seu poder de mercado, aumentar os seus preços. Dessa forma, as empresas repassam suas perdas aos consumidores e mantêm ou aumentam a sua participação na renda da economia. Kalecki também discorre sobre a formação dos preços dos produtos acabados, estes que são determinados a partir da formação dos preços de cada etapa de sua produção. De forma que, os preços de cada etapa são proporcionais aos custos diretos unitários em relação ao grau de monopólio, formando-se partir dos salários e do custo de produtos primários. Nas etapas seguintes, o preço se forma a partir dos preços da etapa anterior e dos salários da etapa atual.

A visão pós-keynesiana de Lavoie, utilizando o método matemático, parte da identidade microeconômica de salário-custo, margem de lucro e a formação de preços, e identifica o conflito distributivo como a origem da inflação. Essa abordagem compreende que os agentes responsáveis pelo conflito distributivo são os capitalistas e os trabalhadores, e que entre eles se divide a renda da economia. Conseqüentemente, esses agentes, procurando manter seu nível de participação na renda, possuem diferentes metas de salário real e utilizam seu poder de barganha para tentar alcançar essa meta. Quanto maior o poder de barganha dos trabalhadores, representado pelo poder dos sindicatos, maior será o salário real. Já, quanto maior o poder de barganha dos capitalistas, relativo ao poder de mercado das empresas, menor será o salário real. O conflito distributivo, então, gera inflação por dois mecanismos, sendo eles i- inflação puxada por salários e ii – inflação

puxada por lucros. O primeiro possui grande aceitação, sendo abordado por modelos ortodoxos, como os expostos por Mitchell e Erickson (2008) e Gordon (1988). A inflação puxada por lucros, por sua vez, tende a ser menos discutida na teoria *mainstream*. Trabalhos como os de Weber et al. (2022), Konczal e Lusiani (2022) e Stiglitz e Regmi (2023) argumentam que, nos últimos anos, os lucros tiveram significativo aumento, alcançando elevados patamares e possuindo grande participação na inflação recente. Os salários, contudo, não se reajustaram tanto quanto o aumento dos preços (KINDER et al., 2022). Dessa maneira, a inflação puxada por lucros seria uma das fontes para a inflação recente. O modelo de Lavoie, então, argumenta que a inflação surge como resultado de diferentes agentes tentando aumentar ou manter a sua participação na renda nacional. Marc Lavoie também apresenta uma análise distinta sobre o conflito distributivo ao abordar o conflito distributivo entre trabalhadores. Para o autor, cenários nos quais trabalhadores, discordando de sua posição na hierarquia socioeconômica e comparando-se a outros trabalhadores, almejam um maior salário real, podem resultar em um quadro inflacionário. Esse conflito tende a ser mais intenso quanto maior a taxa de progresso tecnológico e, por conseguinte, mesmo em um caso em que trabalhadores e capitalistas tenham o mesmo salário real desejado, ocorrerá inflação devido ao conflito distributivo entre os próprios trabalhadores.

A abordagem estruturalista, juntamente com a abordagem pós-keynesiana, discorre e analisa a inflação causada pelo conflito distributivo e examina a inflação gerada pelo aumento da margem de lucro das empresas. Os autores estruturalistas, entretanto, desenvolvem suas teorias a partir de diferentes análises dos períodos de grande inflação ocorridos em países latino-americanos durante o século XX. Identificando a falta de pesquisas sobre o contexto latino-americano e divergindo das teorias pós-keynesianas, que foca em contextos gerais, o estruturalismo disserta sobre processos inflacionários propriamente latino-americanos. Esta abordagem reconhece que os países latino-americanos e suas economias possuem origens, evoluções e características distintas quando comparados às economias dos países desenvolvidos.

Sunkel e Noyola compreendem que a inflação pode ser dividida em duas classes teóricas, sendo elas i- pressões inflacionárias e ii- mecanismos de propagação. Desse modo, diferentes cenários econômicos apresentam diferentes pressões inflacionárias e diferentes mecanismos de propagação, sendo, portanto,

necessária uma análise única de cada caso. O primeiro retrata a origem da inflação a partir de desequilíbrios reais e pode ser classificado em pressões inflacionárias i- básicas, ii- circunstanciais ou iii- cumulativas. Os mecanismos de propagação, por sua vez, manifestam o conflito distributivo entre os agentes que reagem ao cenário inflacionário, tendo como exemplos o reajuste fiscal e o reajuste de preços. Os agentes aqui convergem com os considerados pela teoria pós-keynesiana, de maneira que capitalistas e trabalhadores conflitam na busca por aumentar ou manter sua participação na renda da economia. Os mecanismos de propagação são incapazes de gerar inflação e variam de acordo com o contexto, podendo, entretanto, mantê-la e conceder um caráter cumulativo à inflação já existente, sendo o meio pelo qual os agentes se defendem de fenômenos inflacionários.

De modo similar, Furtado, em sua análise do contexto brasileiro entre 1949 e 1952, também atribui ao conflito distributivo entre capitalistas e trabalhadores o aumento persistente do nível de preços. Para o autor, o quadro inflacionário se inicia a partir de desajustes externos e resulta da tentativa do sistema de alcançar uma nova posição de equilíbrio. Atingindo esse novo ponto de equilíbrio, há uma nova distribuição da renda da economia, de modo que o agente que perdeu participação na renda procura voltar à sua situação anterior, assim repassando as perdas para outros agentes. Ocorre, então, o conflito distributivo, em que os agentes divergem e tentam, a partir dos mecanismos possíveis, evitar perdas em sua renda real.

Aníbal Pinto também aborda o conflito distributivo, mas, divergindo dos outros autores, inclui a composição da renda entre os setores da economia em sua investigação, de forma a considerar que os diferentes setores são agentes cujas participações na renda da economia são alteradas por fenômenos inflacionários. Para Pinto, a inflação deve ser analisada considerando-se o contexto econômico, suas características e evolução, assim como suas subestruturas, tendo como relevantes i- a estrutura produtiva, ii- a infraestrutura ou o capital social básico, iii- a estrutura financeira e iv- o setor exterior dos países. A proporção e alocação da renda de cada setor variam de acordo com a estrutura produtiva da economia e suas mudanças. À medida que um setor cresce mais que outro, atrairá mais recursos em comparação com setores de menor crescimento. Dessa forma, as tensões inflacionárias e os desequilíbrios econômicos contribuirão para uma maior concentração de renda em determinados setores. Por conseguinte, os setores conflitam na tentativa de manter sua renda real, sendo o conflito distributivo

resultado das transformações estruturais, nas quais as tensões entre os setores afetam a distribuição de recursos e a estabilidade econômica.

De maneira geral, ambas as teorias compreendem que a inflação é um fenômeno real. Lavoie e os autores estruturalistas convergem e discorrem principalmente sobre o efeito distributivo da renda, no qual a inflação redistribui a renda da economia entre os agentes. Celso Furtado também analisa um contexto que ele denomina de inflação neutra. A inflação neutra ocorre quando as defesas dos agentes contra a inflação, mecanismos de propagação para Sunkel e Noyola, se anulam de maneira que, ao final do circuito, todos os agentes se encontram na mesma situação real. Contudo o nível de preços sofre um aumento contínuo como resultado dessas defesas. Nesse cenário, os fatores reais da economia não são afetados pela inflação, alterando-se apenas o nível monetário. Pinto ainda acrescenta que o processo inflacionário pode criar desequilíbrios e intensificar os já existentes na estrutura econômica.

Em síntese, ambas as abordagens apresentam um arcabouço teórico em relação a fenômenos inflacionários e seu efeito na economia, divergente do ortodoxo. Possuindo diferentes métodos e análises, tanto a teoria pós-keynesiana, que faz uma análise geral, quanto a teoria estruturalista, que possui maior foco nas economias latino-americanas e em contextos específicos, concluem sobre a importância do conflito distributivo e da distribuição de renda em quadros inflacionários. Por conseguinte, argumentam que são necessários estudos e políticas que visem entender e reagir ao conflito distributivo e seus efeitos na economia, para combater processos inflacionários.

**Quadro 1 - Síntese Comparativa das Abordagens sobre Inflação por Conflito**

Distributivo

	Teoria pós-keynesiana	Sunkel e Noyola	Furtado	Pinto
Concepção da inflação	Conflito Distributivo	Pressões Inflacionárias e Mecanismos de Propagação	Desajustes Estruturais e Externos	Desajustes Estruturais e Externos
Método	Matemático	Histórico	Histórico	Histórico
Agentes	Capitalistas e Trabalhadores	Capitalistas e Trabalhadores	Capitalistas e Trabalhadores	Setores Econômicos
Efeitos da Inflação	Redistribuição de Renda	Redistribuição de Renda	Inflação Neutra	Redistribuição de Renda

Fonte: elaboração do autor

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo investigar e colocar em uma perspectiva comparada diferentes abordagens sobre conflito distributivo. As teorias escolhidas foram a pós-keynesiana, representada pela versão de Michal Kalecki e Marc Lavoie, e estruturalista, representada pelas teorias de Sunkel, Noyola, Furtado e Pinto.

Algumas teorias da literatura ortodoxa destacam a inflação como um fenômeno puramente monetário, de modo a não afetar termos reais e ser resultado de um aumento de demanda. Contudo, trabalhos recentes sobre o quadro inflacionário causado pela pandemia de COVID-19 e pela guerra na Ucrânia argumentam sobre a ação do conflito distributivo e seus efeitos sobre a inflação. Desse modo, as teorias sobre conflito distributivo se mostram atuais e necessárias para a compreensão dos recentes fenômenos econômicos e para o combate ao aumento persistente do nível geral de preços.

A teoria estruturalista foca nas estruturas sociais e institucionais que moldam as interações econômicas, enquanto a teoria pós-keynesiana apresentada possui um desenvolvimento matemático e examina o contexto geral, aplicando-se a diferentes contextos históricos. Entretanto, embora possuam diferentes métodos de análise, ambas as teorias compreendem a importância do conflito distributivo e da distribuição da renda da economia para o nível geral de preços. A visão estruturalista ainda foca seu estudo em economias latino-americanas, entretanto, ambas as teorias convergem sobre a existência de inflação causada por aumento de lucros, teoria comumente não considerada pela vertente *mainstream*. A luta dos agentes para manter ou aumentar sua participação na renda da economia causa ou acentua a inflação, sendo, dessa maneira, um aspecto relevante para o estudo de cenários de aumento persistente do nível geral de preços.

Por fim, conclui-se que, apesar de possuírem diferenças, as teorias estruturalista e pós-keynesiana contribuem para o estudo e a compreensão dos fenômenos inflacionários, discutindo seus efeitos na renda e em outros aspectos reais. A partir de suas semelhanças, é ainda possível delinear uma possível complementariedade entre as vertentes. Dessa maneira, ambas as abordagens são pertinentes para o estudo e a compreensão do contexto econômico atual e do conflito distributivo vigente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLECKER, R. **Open economy models of distribution and growth**. In: HEIN, Eckhard; STOCKHAMMER, Engelbert (eds.). *A Modern Guide to Keynesian Macroeconomics and Economic Policies*. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2011.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo-SP: Companhia Editora Nacional, 2005. Capítulo 35: Os dois lados do processo inflacionário, p. 232.

GERSHUNOFF, P.; RAPETTI, M. **La Economía Argentina y su Conflicto Distributivo Estructural (1930-2015)**. In: *El Trimestre Económico*, V. 83, No 330, 2016.

GORDON, R. **The Role of Wages in the Inflation Process**. In: *Papers and Proceedings of the One-Hundredth Annual Meeting of the American Economic Association*, Vol. 78, No. 2, 1988.

KALECKI, M. **Theory of Economic Dynamics - An Essay on Cyclical and Long-Run Changes in Capitalist Economy**. George Allen & Unwin, 1977.

KINDER; MOLLI; BACH, K.; STATELER, L. **Profits and the Pandemic: As Shareholder Wealth Soared, Workers Were Left Behind**. Brookings Institution, 2022.

KONCZAL, M.; LUSIANI, N. **Prices, Profits, and Power: An Analysis of 2021 Firm-Level Markups**. Roosevelt Institute, 2022.

LAVOIE, M. **Introduction to Post-Keynesian Economics**. Palgrave Macmillan, 2006.

LAVOIE, M. **Post-Keynesian Economics: New Foundations**. Edward Elgar Publishing, 2014.

NOYOLA, J. F. **El Desarrollo Económico y la Inflación en México y otros Países Latinoamericanos**. *Investigación Económica*, Vol. 16, No. 4, 1956.

MATAMOROS, Guillermo. **Are Firm Markups Boosting Inflation? A Post-Keynesian Institutional Approach to Markup Inflation in Select Industrialized Countries**, *Review of Political Economy*. Review of Political Economy, 2023.

MITCHELL, D.; ERICKSON, C.; **The concept of wage push inflation: development and policy**. *Labor History*, Vol. 49, 2008.

PINTO, A. **Raíces Estructurales de la Inflación en América Latina**. In: *El Trimestre Económico*, Vol. 35, No. 137, 1968.

RATNER, D.; SIM, J. **Who Killed the Phillips Curve? A Murder Mystery**. *Finance and Economics Discussion Series*, 2022.

ROSENBERG, S.; WEISSKOPF, T. **A Conflict Theory Approach to Inflation in the Postwar U.S. Economy**. *The American Economic Review*, 1981.

STIGLITZ, E.; REGMI, I. **The Causes of and Responses to Today's Inflation**. In: *Industrial and Corporate Change*, V. 32, No. 100, 2023.

SUNKEL, O. **La Inflación Chilena: Un Enfoque Heterodoxo**. *El Trimestre Económico*, v. 25, n. 100, 1958.

TAYLOR, L.; BARBOSA-FILHO, N. **Inflation? It's Import Prices and the Labor Share!** *Institute for New Economic Thinking*, 2021.

WEBER, I.; JAUREGUI, J.; TEIXEIRA, L.; NASSIF, L. **Inflation in Times of Overlapping Emergencies: Systemically Significant Prices from an Input-output Perspective**. *Economics Department Working Paper Series*, 2022.